Ano 2 ▪ Número 15 ▪ Junho de 2012

Jornal do SindCT

Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial

SUSTENTABILIDADE QUEM PAGA A CONTA?

Agência Brasil

Vida e Trabalho Página 4

Nilza Maria Ribeiro e José Maria de Almeida: personagens do DCTA

Ciência e Tecnologia Páginas 6 e 7

Satélite Geoestacionário Brasileiro: O INPE ficou de fora?

Brasil Página 11

Multinacionais querem a quebra do monopólio da produção de radiofármacos

Editorial

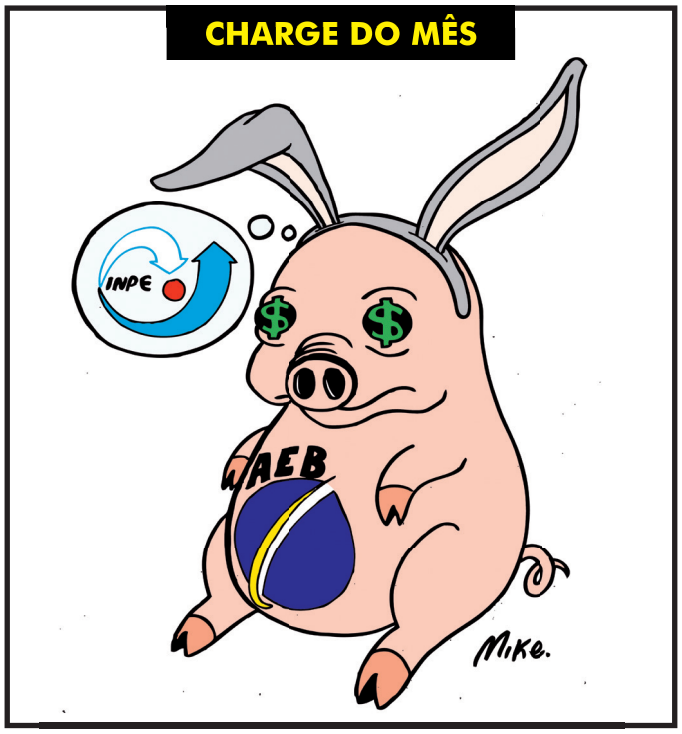
SindCT espera de Raupp investimento nos institutos de pesquisa e em tecnologia nacional

O ministro Marco Antonio Raupp demonstrou contrariedade com a charge de capa da 13ª edição, por considerar que os leitores poderiam ser levados a entender que a empresa estrangeira sairia de sua sala sem a mala de dinheiro. Repudiamos este entendimento. A figura chama a atenção para dois assuntos tratados na edição: a Câmera Mux, completamente desenvolvida no Brasil, que pode produzir imagens com resolução de 20 metros a partir de um satélite; e o Sistema de Controle de Atitude, projetado para correção de órbita de satélites. Ambos desenvolvimentos têm sido desprezados e preteridos por sistemas estrangeiros, causa de nossa indignação explicitada. Esta denúncia jamais poderia ser ofuscada por um entendimento simplório de um ato gratuito de ofensa pessoal.

A mala de dinheiro representa ostentação da empresa estrangeira, só isto. Resta intacta a imagem do ministro, de quem esperamos a promoção do Programa Espacial Brasileiro, o fortalecimento dos institutos de pesquisa, o reequipamento do INPE e do DCTA e o fomento de transferência de tecnologias advindas do desenvolvimento de sistemas e componentes espaciais por empresas estrangeiras. Esperamos que ele consiga pautar o desenvolvimento científico e tecnológico como políticas de Estado e estabeleça condições de atratividade e retenção de profissionais talentosos aos quadros de pessoal dos institutos.

Restam, entretanto, muitas dúvidas e apreensões: mudanças institucionais do MCTI que envolvem a AEB e o INPE (e uma possível fragmentação deste); a ACS, que por uma duvidosa promessa de acesso ao espaço, consome recursos que poderiam ser direcionados ao VLS e a privatização do PEB. O discurso do ministro na posse do novo diretor do INPE deixa clara sua intenção de desenvolver outros satélites, para a Agência Nacional de Águas – ANA e para o Ministério da Agricultura, nos mesmos moldes do Satélite Geoestacionário Brasileiro. No que tange a este último, a mídia divulgou recentemente que a PUC/RJ terá a responsabilidade de sua especificação! Isto é um absurdo, uma ofensa, um enorme desrespeito ao INPE. Convidamos os leitores a uma profunda reflexão a partir de uma atenta leitura destes assuntos.

CHARGE DO MÊS



Opinião

CIÊNCIA E TECNOLOGIA: Base de Alcântara

Domínio estrangeiro em território brasileiro e transferência de tecnologia preocupam SindCT

Por Claudia Santiago

O convênio Brasil-Ucrânia, firmado em 2007, que resultou na constituição da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), visando o lançamento de satélite a partir da base de Alcântara, no Maranhão, interessa ao SindCT, prioritariamente, em dois aspectos: no que toca ao **domínio estrangeiro em território brasileiro** e à **transferência de tecnologia**. Além desses pontos, outro, emergencial, também preocupa. O Brasil já investiu US$ 197 milhões na empresa que, no momento, enfrenta dificuldades financeiras. Mais US$ 200 milhões serão necessários só do lado brasileiro para que o primeiro satélite seja lançado até 2013. A Ucrânia não vem cumprindo a sua parte no acordo.

Os problemas, porém, não param nos custos. Deter tecnologia custa caro. Nestes casos, é preciso avaliar acima de tudo os benefícios que o investimento podem gerar à nação. E é este, exatamente, o ponto nervoso do programa. Hoje, poucos países têm a tecnologia necessária para pôr satélites em órbita.

Portanto, entrar neste seleto clube justificam os altos investimentos. A questão é o preço que se pode vir a ter de pagar por isso.

Proteção tecnológica: o x da questão

No início da década passada, no ano 2000, ensaiou-se um acordo com o Brasil capitaneado pelos Estados Unidos, incluindo Ucrânia e Itália, para aluguel da base brasileira para lançamento de foguetes. O Senado rejeitou o acordo dentre outros motivos, porque o consórcio formado por esses três países teria garantia de sigilo para tecnologias consideradas estratégicas, de possível utilização militar. Esta era a condição imposta pelos EUA para que suas empresas usassem a base de Alcântara. Os EUA impuseram a assinatura de um polêmico acordo de proteção tecnológica para que o Brasil tivesse acesso ao vigoroso mercado de lançamento de satélites comerciais norte-americanos, que representa 80% do mundial.

Os Estados Unidos continuam tremendamente interessados na base de Alcântara. A sua localização geográfica privilegiada devido à proximidade com a linha do Equador, a torna fonte de cobiça.

No ano passado, o jornal *O Globo* divulgou que o governo dos EUA não quer que o Brasil tenha um programa próprio de produção de foguetes espaciais e por isso pressionam a Ucrânia a não transferir tecnologia do setor aos cientistas brasileiros.

"Queremos lembrar às autoridades ucranianas que os EUA não se opõem ao estabelecimento de uma plataforma de lançamentos em Alcântara, contanto que tal atividade não resulte na transferência de tecnologias de foguetes ao Brasil".

Este é o texto do telegrama Departamento de Estado enviado à embaixada americana em Brasília, em janeiro de 2009 e revelado em 2011 pelo WikiLeaks ao Globo.

No momento, novas tratativas estão em curso com o Brasil para uso das instalações pelos EUA. Daí reacender a preocupação do SindCT. O acordo só tem sentido se houver transferência de tecnologia e não ferir à soberania nacional.

Claudia Santiago é jornalista e professora de História

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDCT: Jornal do SindCT é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – fundado em 30 de agosto de 1989 ▪ Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna ▪ CEP 12.243-630 ▪ São José dos Campos - SP ▪ Tel/fax: (12) 3941-6655 ▪ Responsabilidade editorial: a diretoria ▪ Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30 ▪ Tiragem: 7.000 exemplares / 2.500 assinantes eletrônicos ▪ Jornalista Responsável: Fernanda Soares Andrade (MTB 29 972) ▪ Edição: Claudia Santiago (MTB 14915) ▪ Redação: Fernanda Soares, Marina Schneider (MTB 29.769/RJ), Sheila Jacob e Shirley Marciano (MTB 47686/SP) ▪ Designer: Daniel Costa

Nossa Luta

A PAUTA não se restringe apenas à questão salarial

Jornada de lutas força negociação

Representantes do SindCT em Brasília

Nos dias 12 e 13 de junho, os servidores da carreira de C&T realizaram diversas atividades dentro da Jornada de Lutas da Carreira. O SindCT estava em todas. Novas reuniões foram marcadas para os dias 3 e 17 de julho. De acordo com Sérgio Mendonça, do Ministério do Planejamento, o prazo final para término das negociações é 31 de julho.

Por Redação SindCT

Caravanas dos estados, atos em Brasília, paralisações, assembleias nos órgãos da Carreira, reuniões com representantes do governo. Teve de tudo um pouco na Campanha Salarial 2012 que tem como tema central a implantação da nova tabela salarial. No bojo desta luta está a GQ, novela que se arrasta por exatos e vergonhosos quatro anos.

O Sindct enviou a Brasília um ônibus com cerca de 40 servidores além dos diretores que puderam estar nas atividades. No dia 12, aconteceram três atos. No dia 13 foram intensificados os contatos com os parlamentares em busca do apoio de deputados e senadores às nossas reivindicações.

Os atos

O primeiro ato aconteceu em frente ao prédio do Ministério do Planejamento. Mesmo com toda a pressão, o Fórum da Ciência e Tecnologia não foi recebido pela ministra Miriam Belchior. O segundo ponto de manifestação foi no Palácio do Planalto, onde imediatamente representantes do Fórum foram chamados a conversar com assessores da presidenta Dilma. Foi estabelecido contato do Planalto com o Planejamento e uma reunião com o secretário de Relações do Trabalho foi agendada para o mesmo dia 12, às 19 horas. O terceiro ato foi no MCTI e também foi muito participativo. Os servidores do DCTA e INPE se fizeram presentes nos três atos com as camisetas, faixas e banners destacando a carreira e as duas instituições do setor aeroespacial.

A reunião com a SRT/MPOG

Como consequencia das manifestações e a forte presença das caravanas, o Ministério do Planejamento ouviu os servidores e apresentou alguns indicativos ao nosso pleito salarial. Sobre a CG, nada de concreto. Apenas o compromisso de, no dia 3 de julho, apresentar proposta de regulamentação da GQ.

A pauta de reivindicações da carreira de C&T, da qual o DCTA e INPE fazem parte, foi mais uma vez apresentada e detalhada ao secretário das relações de trabalho (SRT), Sérgio Mendonça e, pela primeira vez, pareceu ao Fórum haver ter sido entendida a lógica da nossa proposta.

Outros itens da pauta também foram apresentados e defendidos. Foi entregue mais uma vez ao MPOG um dossiê contendo a documentação que fundamenta os objetivos principais da Campanha Salarial. Nele, estão os avisos ministeriais de Raupp e de Celso Amorim, além da lista de apoiadores parlamentares e os documentos por eles enviados ao MPOG.

A pauta não se restringe apenas à questão salarial, mas também às contratações, insalubridade e periculosidade incluídas na MP 568, e depois retirada por pressão dos movimentos dos servidores no Congresso Nacional. Também estão na pauta benefícios como alimentação, saúde, transporte, creche e etc..., além de investimentos para modernizar e reequipar os institutos.

Negociação com o Governo

Seguem os pontos da Pauta de Reivindicações discutida com no SRT/MPOG:

1) Tabela Salarial

Em seus discursos o governo tem afirmado considerar a área da Ciência e Tecnologia como estratégica para o País. Do discurso à prática, porém, vai uma longa distância. A Carreira enfrenta, hoje, uma disparidade salarial se comparada com outras carreiras estratégicas de outras áreas.

- **O teto da tabela vigente** para a C&T equivale ao piso das carreiras chamadas estratégicas.
- **O teto para alguém de nível superior** é significativamente menor do que o piso inicial, das carreiras do ciclo gestão.
- **O teto da carreira é 8 mil** para quem tem mestrado e doutorado e, mesmo assim, após 25 anos de serviço.

Se não houver uma maior valorização da Carreira, não haverá absorção de mão de obra de alto nível, tais como a dos especializados do recente programa Ciência sem Fronteiras, do Governo Dilma. Essa mão de obra altamente qualificada precisa encontrar em seu país ambientes tecnológicos e científicos atrativos tanto do ponto de vista salarial, quanto acadêmico. Caso isso não ocorra, nos tornaremos um país exportador de cérebros.

2) Contratações

É necessário haver reposição de Recursos Humanos para a sustentação do conhecimento adquirido em décadas, em risco devido às aposentadorias e evasões. Sergio Mendonça, do SRT/MPOG, afirmou que há uma forte demanda colocada no MPOG no sentido desta reposição, principalmente devido às aposentadorias que acontecerão nos próximos anos.

3) Contratação dos concursados já Aprovados

Em algumas Instituições de C&T, vagas foram abertas, realizaram-se concursos, mas vagas estão caducando, por não ter sido autorizado pelo MPOG a nomeação dos aprovados. Foi pedida urgência nos encaminhamento destas contratações.

4) Condições Especiais de Trabalho

Pediu-se reconhecimento do tempo especial para aposentadoria ou abono permanência, que somente têm reconhecimento até 1990, ou seja, precisa ser feita a regulamentação. Em 2008 foi concedido Mandado de Injunção pelo Supremo Tribunal Federal, mas o MPOG, através de uma Orientação Normativa cerceou o direito do trabalhador. Pedimos sua anulação, por questão de justiça e de direito

5) Insalubridade/ Periculosidade pela MP 568

Argumentamos junto ao secretário do MPOG sobre o descalabro dos artigos 86 e 87 da MP (ex- PL2203) que impõe valores fixos como remuneração, e a insensatez de se colocar as diferenças entre o valor pago anteriormente e o novo valor, transformado em VPNI. O VPNI se transforma em dívida do servidor, a ser descontada de reajustes salariais e promoções. Ideia como esta era inimaginável mesmo na Ditadura Militar ou no tempo de Bresser Pereira. Sérgio Mendonça reconheceu enorme rejeição dos artigos 86 e 87 em todos os setores.

6) Benefícios indiretos (Auxílios)

Em sintonia com o movimento nacional, o Fórum da Ciência e Tecnologia cobrou atualização das perdas e realinhamento com outros poderes da União para os benefícios de auxílios transporte, saúde, alimentação, creche.

7) Reestruturação física, compra de equipamento e modernização dos Institutos

Foi expresso o prejuízo causado pela prática sistematizada de contingenciamento de verbas no início do ano, seguida de liberação intempestiva, que quase sempre inviabiliza a execução dos orçamentos dos institutos e o prosseguimento normal dos projetos.

MULHER DE FIBRA: Nilza Maria Ribeiro, assistente social do DCTA

Alcoolismo, dependência química e rendimento escolar estão entre as preocupações do Serviço Social do DCTA

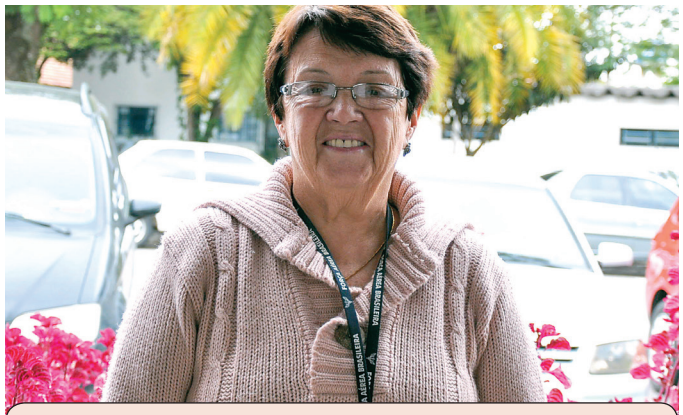
Por Fernanda Soares

São 40 anos de dedicação aos funcionários do DCTA. Dona Nilza, assistente social, começou a trabalhar no DCTA em 1972.

Entrou como estagiária e, após se formar, foi efetivada. Seu primeiro trabalho foi no ITA. Realizava as entrevistas, fazia o levantamento socioeconômico, acompanhava os conselheiros e promovia o aniversariante do mês.

Ajudava funcionários e alunos a enfrentarem os problemas pessoais ou familiares. Uma vez ao mês, realizava um almoço de confraternização, do qual participava o diretor do DCTA na época, o brigadeiro Pedro Frazão.

Foi observando dona Nilza nos almoços que o brigadeiro se encantou por seu trabalho e a convidou para que implantasse a assistência social em todo o DCTA. Nem os alunos e nem o reitor do ITA gostaram da notícia! Um abaixo-assinado para impedir a saída de Nilza foi promovido no ITA, até que chegaram ao acordo de que ela poderia sair desde que continuasse acompanhando o pessoal do ITA paralelamente ao novo trabalho a ser desenvolvido.



Fotos: Fernanda Soares

Dona Nilza Maria Ribeiro

Com o novo desafio pela frente, dona Nilza começou a fazer o levantamento das assistentes sociais que existiam no Centro, mas que não exerciam a profissão, e convidou-as a trabalhar.

Elas realizavam plantão nos institutos. Não esperavam ser procuradas, iam até cada funcionário. Notaram que o relacionamento próximo deixava o funcionário mais feliz, e ele desenvolvia melhor seu trabalho.

A criação da Prososel

Os tempos eram difíceis. Esposas de oficiais e civis faziam um trabalho voluntário para ajudar as pessoas do DCTA que estivessem passando por dificuldades. Nilza organizou esse grupo em uma entidade: a Promoção Social Nossa Senhora do Loreto (Prososel).

A Prososel realizava os eventos e as assistentes sociais cuidavam da parte técnica. O objetivo era ajudar as famílias com os problemas familiares, financeiros, saúde e até casos de dependência química. As assistentes estavam sempre prontas para visitas familiares, fazer encaminhamento e acompanhamento médico, fornecimento de medicamentos. Quando se fazia necessário, formavam grupos para ensinar a família a conviver com um determinado problema. "Alguns problemas afetam a família toda, como o alcoolismo, por exemplo", ressalta dona Nilza.

A importância do COPME

Ela lembra que houve uma época com muitos problemas de jovens abandonando a escola e utilizando drogas. Por este motivo, fundaram, através da Prososel, o Curso de Orientação Profissional para Menores (COPME).

Os jovens passavam o dia todo no DCTA em atividades. Através de convênios, o Senai e Senac, ofereciam cursos profissionalizantes e aprendizado prático. O jovem deveria também estar matriculado na escola, e a frequência às aulas era acompanhada pelas assistentes.

Neste programa, atendiam cerca de 300 jovens por curso. Oferecendo a eles ½ ou 3/2 salário mínimo, de acordo com a idade.

Muitos dos que passaram pelo COPME hoje são médicos, engenheiros, pesquisadores... "Alguns trabalham aqui no DCTA mesmo, nível técnico ou superior. Quando abriu concurso, muitos passaram", conta a dona Nilza, com muito orgulho do trabalho realizado.

O Serviço Social do DCTA serviu de modelo para outros institutos. Nilza viajou para outras bases, apresentando o trabalho desenvolvido no centro, que serviu de modelo e foi implementado em outros lugares. Com uma filha e uma neta, Nilza afirma: "sou a que tem mais filhos no mundo aqui". Ela considera todos como seus filhos. E filho não tem hora para precisar da mãe. Seja domingo, feriado ou tarde da noite, ela está lá, pronta para ajudar.

E no meio de toda essa atividade, ainda encontra tempo para participar da igreja. É ministra do dízimo e realiza palestras sobre casais e relacionamentos. Aposentada, retornou às atividades através da ADC, onde participa da diretoria e acompanha seus "filhos".

Questionada sobre quando vai parar realmente de trabalhar, ela responde: "Minha vida é isto aqui. Eu adoro. Tive muitas vitórias, algumas derrotas. Encontro todo tipo de problema. Mas não vou parar não".

PERSONAGEM DO MÊS

José Maria de Almeida quer se aposentar

José Maria de Almeida, 67, trabalha há 30 anos no DCTA.

Conhecido por "seu Zé", é casado, tem seis filhos e mora próximo ao local de trabalho, a Usina Coronel Abner, na zona rural de Jacareí.

Desde 1971, seu Zé trabalha em sítios e fazendas. Na última que trabalhou, conheceu pessoalmente o coronel Abner.

"O patrão vendeu o sítio e o coronel Abner foi lá comprar gado. Ele me viu e perguntou o que eu iria fazer agora que o sítio tinha sido vendido. Eu falei que não sabia. E ele me chamou para trabalhar aqui."

Brincalhão e amigo de todos, trabalha com serviços gerais e é um dos responsáveis pela manutenção e conservação da área da usina, onde é feita a produção de propelente sólido e o carregamento de motor-foguete para fins espaciais. "A nossa obrigação é deixar a usina bonita." E deixam!

Sobre a primeira vez que assistiu a um teste realizado na usina, ele sorri e diz: "o primeiro dá medo. Achei interessante, deu emoção. Parecia que o bicho ia sair dali.".

José Maria

Já acostumado com o tal bicho, José agora divide o tempo cuidando de toda área verde, dos jardins, do lago, das árvores e removendo o mato de algumas áreas.

Algumas vezes, os cerca de 20 servidores da usina se reúnem para um churrasco no horário do almoço. "Isso é o mais bonito aqui. Todos juntos no churrasco. Tanto tempo na usina, acaba se esquecendo da beleza natural que a cerca". Mas, na hora da foto, a pose é ao lado dos coqueiros que ele cuida.

Seu Zé já atingiu o tempo necessário para aposentadoria, mas não conseguiu comprovar seu tempo de atividade em área rural. Diz que quer se aposentar por estar cansado, mas parece não querer abandonar tão cedo o lugar onde passou a maior parte da vida.

"Aqui é muito bom. Não tenho o que reclamar daqui."

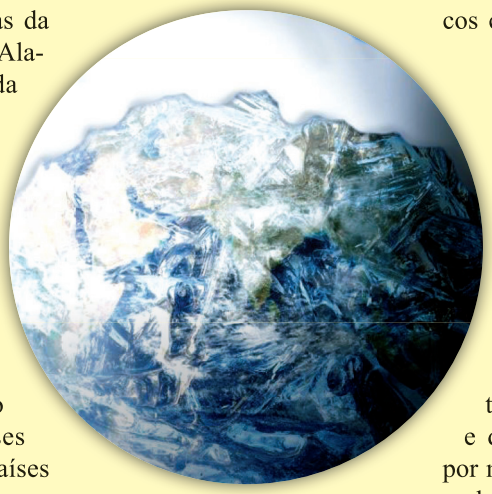
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: uma visão polêmica numa grande polêmica

Aquecimento global em debate: tá quente ou tá frio?

Há anos convivemos com o medo do aquecimento global. Governos e ambientalistas vêm afirmando que a humanidade deve parar de poluir o planeta, ou provocaremos uma catástrofe. A terra ficará muito quente, as geleiras derreterão e só escaparão os que estiverem protegidos nos altos das montanhas. Será que isso tudo é verdade? Há quem afirme exatamente o contrário. A realização da Rio + 20 é um bom momento para pensarmos sobre o assunto.

Por Claudia Santiago

A voz do físico e meteorologista Luiz Carlos Molion, pesquisador sênior aposentado do INPE e pesquisador do Instituto de Ciências Atmosféricas da Universidade Federal de Alagoas, vem sendo emitida já há alguns anos sem encontrar eco. É uma voz dissonante. Para Molion, a teoria do efeito estufa é uma balela. Ele acredita que os dados divulgados pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) são manipulados pelos países ricos para impedir os países em desenvolvimento de se tornarem desenvolvidos.



Em entrevista publicada no *Diário do Pará*, em 26-03-2012, Molion, que também é representante dos países da América do Sul na CCOMM (Comissão de Climatologia da Organização Meteorológica Mundial), afirma que a teoria do aquecimento global e das mudanças climáticas foi concebida no início da década de 1970, pelos países ricos, como resposta estratégica ao primeiro choque do petróleo. "A alta abrupta dos preços e a perspectiva do esgotamento das reservas mundiais – dizia-se, na época, que o mundo ficaria sem petróleo até o ano 2000 – levaram aqueles países a criar mecanismos que inibissem o consumo nas nações mais pobres". Em 2004 os países em desenvolvimento como o Brasil, a China e a Índia começaram a sofrer forte pressão para que estabelecessem metas de redução na emissão de gases. Em sua crítica o pesquisador não poupa as grandes ONGs, como a WWF, que estariam, segundo ele, a serviço de interesses econômicos contrários aos do Brasil.

Aquecimento, não. Esfriamento

Para os que, como Molion, contestam a previsão de aquecimento global, as mudanças climáticas são frutos de fenômenos naturais como a atividade do sol e dos oceanos. Para estes, a Terra está esfriando e deve permanecer assim por mais duas décadas, o que poderá se tornar, isto sim, uma calamidade: uma tremenda onda de frio que atingirá as regiões que estão fora dos trópicos e que as fará necessitar de muita energia para não congelarem. Energia que está concentrada, prioritariamente, nos países em desenvolvimento. O Brasil tem todos os tipos de energia disponíveis: água, biocombustíveis e materiais fósseis. Tudo em enorme quantidade. Daí a centralidade desta discussão no nosso país.

"Na minha opinião, o homem não tem condições de mudar o clima global. O clima global é controlado principalmente pela atividade solar e pelo conteúdo de calor que está armazenado nos oceanos. O Sol vai entrar num mínimo de atividade, nos próximos 20 anos, e os oceanos já estão perdendo calor, conforme indicam medições de temperaturas que vimos fazendo por sistemas de boias ao longo dos últimos oito anos. Este é um processo cíclico que acontece há cada 70 anos. Elas vão registrando dados de temperatura e salinidade, entre outras informações. Quando voltam à superfície esses dados são captados por sensores de satélite e transmitidos para os centros de estudos meteorológicos de todo o planeta. E essas boias estão indicando que os oceanos vêm perdendo calor. Então, com o Sol entrando num mínimo de atividade e os oceanos se esfriando, a tendência para os próximos vinte anos é o resfriamento global, e não o seu aquecimento, como tem sido propalado", afirmou na mesma entrevista ao *Diário do Pará*.

Frases de Molion na imprensa

"O aquecimento não é mais um assunto científico, embora alguns cientistas se engajem nisso. Ele passou a ser uma plataforma política e econômica. Da maneira como vejo, reduzir as emissões é reduzir a geração da energia elétrica, que é a base do desenvolvimento em qualquer lugar do mundo. Como existem países que têm a sua matriz calcada nos combustíveis fósseis, não há como diminuir a geração de energia elétrica sem reduzir a produção". ***(UOL - 11/12/2009)***

"Os fluxos naturais dos oceanos, polos, vulcões e vegetação somam 200 bilhões de emissões por ano. A incerteza que temos desse número é de 40 bilhões para cima ou para baixo. O homem coloca apenas 6 bilhões, portanto as emissões humanas representam 3%". ***(UOL - 11/12/2009)***

"A mídia coloca o CO2 como vilão, como um poluente, e não é. Ele é o gás da vida. Está provado que quando você dobra o CO2, a produção das plantas aumenta. Eu concordo que combustíveis fósseis sejam poluentes. Mas não por conta do CO2, e sim por causa dos outros constituintes, como o enxofre, por exemplo. Quando liberado, ele se combina com a umidade do ar e se transforma em gotícula de ácido sulfúrico e as pessoas inalam isso. Aí vêm os problemas pulmonares". ***(UOL - 11/12/2009)***

"O mar não está avançando. Há uma foto feita por desbravadores da Austrália em 1841 de uma marca onde estava o nível do mar, e hoje ela está no mesmo nível. Existem os lugares onde o mar avança e outros onde ele retrocede, mas não tem relação com a temperatura global". ***(UOL - 11/12/2009)***

"O que poderia ser discutido seria: melhorar as condições de prever os eventos, como grandes tempestades, furacões, secas; e buscar produzir adaptações do ser humano a isso, como produções de plantas que se adaptassem ao sertão nordestino, como menor necessidade de água. E com isso, reduzir as desigualdades sociais do mundo". ***(Diário do Pará - 26-03-2012)***

A teoria do *Efeito Estufa*

Há 40 anos a teoria do aquecimento global vem sendo debatida em praticamente todo o planeta.

De acordo com os defensores da teoria do efeito estufa, as atividades humanas nos últimos 50 anos são as responsáveis pelo aumento da temperatura em até 5,8 °C, nos próximos cem anos. Esse fenômeno, de acordo com especialistas e ecologistas, se deve à emissão na atmosfera de gases como o CO2 (dióxido de carbono), emitido pela queima de combustíveis fósseis. É o que se convencionou chamar de *efeito estufa*. Por esta linha de pensamento, a terra se transformaria em uma grande estufa. Consequentemente, suas geleiras se derreteriam.

Essa visão hegemônica levou governos a se mobilizarem para evitar o que parecia ser o caos. Em 1988, ocorreu uma reunião entre líderes de países e classe científica, em Toronto, no Canadá.

Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Eco-92. Na ocasião, 160 líderes de Estado assinaram a Convenção Marco Sobre Mudanças Climáticas e estabeleceram metas para preservar o clima. Em 1997, através do Protocolo de Kyoto, os países desenvolvidos, menos os Estados Unidos que se recusaram a assinar, se comprometam a reduzir a emissão de gases.

INDEFINIÇÃO: Perda de possibilidades é uma realidade à espreita

INPE não possui função definida na compra do satélite geoestacionário

Raupp demonstra não confiar no Instituto

Por Shirley Marciano

Divulgação

Até o momento não houve uma definição de qual será o papel do INPE na compra do satélite geoestacionário brasileiro. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Antonio Raupp, em seu discurso na posse de Leonel Perondi, falou que o INPE terá uma função muito importante, mas é notório que o ministro não quis deixar o projeto para o Instituto. Em toda a imprensa, o INPE sequer é citado. Ou seja, todo mundo já entendeu o que está ocorrendo. Qual será o futuro desse instituto que nem mesmo o seu ministro demonstra acreditar em sua capacidade? Serão os próprios pesquisadores do INPE que preencherão as caixinhas da nova empresa Visiona, desfalcando ainda mais o Instituto?

O Brasil exige banda larga já

É de fundamental importância a aquisição de um satélite de telecomunicação brasileiro pelo aspecto social e estratégico. A internet banda larga terá mais qualidade em termos de velocidade e de sinal para cobertura nos lugares mais isolados. Dessa forma, proporcionará acesso a todo território brasileiro. Este satélite terá uma banda exclusivamente voltada para comunicação estratégica de defesa.

O geoestacionário será acessado diretamente por provedores de serviço de internet (ISP) que, por sua vez, atenderão aos usuários individuais. Assim farão a distribuição do sinal via rede terrestre ou 3G - no futuro, 4G. A 3G funciona via antenas no solo, que se comunicam diretamente com celulares ou modems.

Por que o Ministério optou pela compra

O Brasil não possui o domínio desta tecnologia porque nunca priorizou uma pesquisa voltada para satélite geoestacionário, em especial o do tipo para telecomunicação, pois todos os satélites desenvolvidos no Brasil até agora foram feitos com o objetivo de imageamento da terra.

O desenvolvimento de tecnologia depende da decisão do governo. A partir daí, deve-se liberar verba para pesquisa e também contratar pessoal, para o caso do INPE que está com déficit de mão de obra. É necessário haver, sobretudo, um cronograma, um planejamento para chegar a esse objetivo.

Hoje, se o Brasil não acelerar para comprar esse satélite poderá perder a sua faixa orbital, por um acordo internacional que define que cada país possui uma parte no espaço, a qual deve ser preenchida com satélite ou ser cedida a algum país que tenha condições e queira utilizar. O Brasil está sob pressão dos EUA, que querem ocupar essa faixa. O governo brasileiro ficou com esse prazo de até 2014 para colocar em órbita o satélite geoestacionário, embora já se fale em estender o prazo.

Nasce uma nova empresa: A Visiona

O custo estimado é de R$ 715 milhões e será comprado pela sociedade formada entre Telebrás (49%) e Embraer (51%), por meio da empresa criada por eles, a Visiona, que deve começar suas atividades no Parque Tecnológico de São José dos Campos nos próximos dias. Elas terão a função de contratar fornecedores para o satélite e também para o lançador. A Telebrás é a responsável geral pela coordenação do projeto, juntamente com os ministérios das Comunicações, da Defesa e da Ciência e Tecnologia.

Não haverá transferência de tecnologia. Somente se obterá uma experiência para a compra e contato com as empresas desenvolvedoras. Apesar disso, o acompanhamento desse projeto pode ser um pequeno passo para que paralelamente já se comece uma pesquisa para desenvolver um satélite similar a esse, com tecnologia brasileira.

Os satélites têm tempo de vida no espaço. Devem ser substituídos após cerca de sete anos em órbita.

O que é satélite geoestacionário

O nome geoestacionário é dado por ser colocado em uma órbita sobre o equador de tal maneira que o satélite tenha um ciclo de rotação igual ao do planeta Terra, ou seja, 24 horas. Assim, a velocidade angular de rotação do satélite fica igual ao da Terra e a impressão que se tem é a de que o satélite está parado no espaço na perspectiva de quem está na Terra. O mínimo de velocidade para que um satélite entre em órbita são 28.000km/h. Com essa velocidade, se posicionarmos o satélite a 36.000 Km de altitude, acima do equador, ele ficará numa órbita geoestacionária. O satélite, que possui a missão de transmitir, é uma simples estação repetidora dos sinais recebidos da Terra que são detectados, deslocados em frequência, amplificados e repassados de volta à Terra.

Br1Sat: Um projeto de R$720 milhões

O satélite GEO, o Inpe e a Visiona

Por Gino Genaro (*)

Foi assinado no último dia 29 de maio o acordo para criação da Visiona Tecnologia Espacial S.A., joint-venture entre a Embraer (51%) e a estatal Telebrás (49%). A nova empresa será responsável, de imediato, pela contratação do projeto e fabricação do satélite geoestacionário de telecomunicação, batizado de Br1Sat, a ser encomendado pelo Governo Federal e orçado em R$720 milhões.

O que chama a atenção na estratégia adotada pelo governo para a fabricação deste satélite é a decisão de se jogar toda a responsabilidade do projeto nas mãos de uma empresa privada especializada na montagem de aviões (Embraer), e da Telebrás (empresa estatal usuária do satélite a ser fabricado), deixando de fora do projeto o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão estatal com mais de 50 anos de experiência na especificação, projeto, fabricação e teste dos satélites já produzidos no País.

O argumento do governo para a exclusão do INPE deste projeto é o de que o Brasil precisaria lançar este satélite em um espaço de tempo muito curto (final de 2014), tempo dado ao País para que ocupe o espaço que lhe é reservado na órbita geoestacionária (região do espaço localizada na altura da linha do Equador a cerca de 36 mil quilômetros de altitude).

Como o INPE não possui o domínio da tecnologia associada à fabricação de um satélite desta complexidade, a alternativa adotada pelo governo foi a criação da nova empresa (Visiona), para assumir, com o apoio da PUC-Rio, a responsabilidade pela especificação da missão do satélite, bem como pela contratação de seu projeto e fabricação junto a empresas no exterior.

Além disso, a participação do INPE em futuros projetos também não está garantida. O presidente da Visiona, eng.º Nelson Salgado, afirmou que "a participação do INPE nos projetos futuros dependerá do risco de cada programa e do possível nível de tecnologia a ser desenvolvido".

Aqui reside o grande problema da estratégia adotada pelo governo na fabricação do Br1Sat. A Visiona, na prática, funcionará como uma empresa intermediadora responsável por contratar, junto a empresas estrangeiras, o projeto e fabricação de todo o satélite, não havendo qualquer investimento previsto para o desenvolvimento de tecnologias dentro do próprio País. Com isto, entra-se em um círculo vicioso: o INPE e a indústria nacional não desenvolverão novas tecnologias, pois a demanda do País para tais tecnologias estará sendo contratada junto a empresas estrangeiras; por outro lado, o INPE e a indústria nacional nunca poderão atender à demanda do País de satélites geoestacionários pois não dominam a tecnologia necessária para tal.

Para Raupp o atraso é causa de órgãos públicos

Há ainda outro aspecto desta estratégia a ser criticada. O ministro Marco Antonio Raupp, da Ciência e Tecnologia, bem como seu amigo e presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Braga Coelho, afirmam --com certa razão-- que o Programa Espacial Brasileiro (PEB) padece de atrasos crônicos nos seus programas de satélites, debitando tal atraso, entretanto, ao fato destes programas serem tocados por órgãos públicos, como o INPE, e por contarem com pequena participação da iniciativa privada, diferentemente do que ocorre nos programas espaciais mais avançados, como o da agência espacial americana (Nasa).

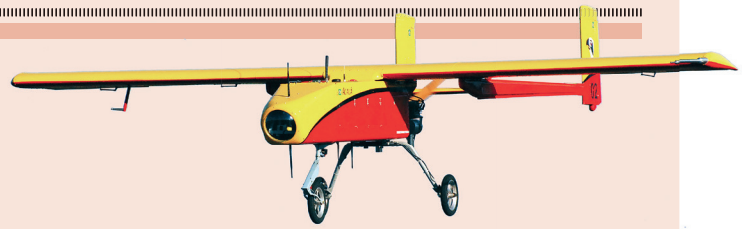
Ora, tal afirmação não condiz com a realidade dos fatos. A participação da indústria nacional nos programas de satélites do País vem crescendo ano após ano, a ponto de praticamente 100% de todo o projeto e fabricação do satélite Amazonia-1, bem como da parte brasileira do satélite que o Brasil desenvolve com a China (CBERS), estarem sob responsabilidade de empresas privadas. Nem por isso, tais programas deixaram de amargar sérios atrasos em seus cronogramas. Portanto, definitivamente, a iniciativa privada não se constitui a panaceia para os males que assolam o PEB.

É claro que a indústria privada nacional pode e deve contribuir para a execução do PEB, cabendo ao INPE, como parte de sua missão, transferir a estas empresas não apenas novas tecnologias, como parte dos contratos da área espacial.

A questão que se coloca é se o governo pretende continuar a utilizar o INPE como espaço de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias espaciais ou se pretende repassar apenas para a indústria privada tal atribuição. A primeira hipótese exigiria um investimento muito maior em termos de recursos humanos e financeiros.

(*) Gino Genaro é tecnologista da área de controle térmico de satélites do Inpe e secretário de Formação Sindical do SindCT.

DCTA CONCLUI PROJETO Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT)



O VANT está pronto! E agora?

A principal vantagem na utilização de VANT é a eliminação do risco de acidentes com a tripulação em casos de missões cansativas ou perigosas.

Por Fernanda Soares

O projeto VANT é da década de 80, porém, por falta de recursos, ficou parado por 14 anos. Foi realizado em parceria com o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) e a empresa Avibras, parceira industrial. Só começou a ser executado em 2004, quando a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) destinou ao projeto cerca de R$ 10 milhões. O convênio com a Finep estabeleceu como objetivo do projeto o domínio de tecnologias sensíveis utilizadas em Veículos Aéreos Não Tripulados, através do desenvolvimento do Sistema de Navegação e Controle (SNC), permitindo sua utilização, com pequenos ajustes, em diferentes tipos de plataformas.

O Projeto VANT foi concluído em junho de 2010, tendo realizado 59 voos com sucesso. Um evento marcante foi a realização de navegação completamente autônoma com o segmento de um curso de rio. Também foi realizada uma trajetória seguindo desenho estilizado do mapa do Brasil.

Com a conclusão do projeto, a Avibras inicia a produção do VANT Falcão. Um veículo tático de reconhecimento e de vigilância totalmente nacional. A estrutura é feita em fibra de carbono, utilizando tecnologia e fabricação de última geração.

O gerente do projeto na Avibras, Renato Bastos Tovar, informou que o Falcão está configurado para carregar um equipamento eletro-óptico, capaz de fotografar e filmar em alta qualidade, tanto durante o dia quanto à noite, um radar de detecção de alvos móveis no solo e um link de satélites, com alcance de até 1.500 km.

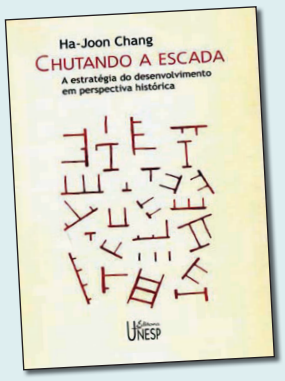
Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, Tovar afirmou que "o Falcão é o único VANT na classe de 800 quilos capaz de levar essa carga útil, de aproximadamente 150 quilos". Já foram investidos no projeto R$ 60 milhões. O Governo brasileiro considera o desenvolvimento de VANTs uma das prioridades da nova política de defesa nacional.

O que é VANT?

Veículo Aéreo Não Tripulado é uma aeronave sem piloto a bordo. Pode ser helicóptero, avião, dirigível ou míssel de cruzeiro. O tamanho também é variado. Alguns cabem na palma da mão, outros pesam mais de 12 toneladas. O controle é feito por uma estação em terra. São normalmente utilizados em missões militares como reconhecimento, guerra eletrônica e patrulha marítima. Em aplicações civis, podem ser utilizados no levantamento de recursos naturais, na inspeção de oleodutos, gasodutos e linhas elétricas e como enlace de comunicação para cobertura de eventos para TV. É uma importante ferramenta na identificação de áreas poluídas, no controle de queimadas e desmatamentos, na vigilância policial de áreas urbanas e de fronteiras e no acompanhamento de safras agrícolas. Por serem não tripuladas, estas aeronaves são capazes de permanecer por longos períodos em voo, reduzindo os custos de operação e os riscos a que um piloto estaria submetido.

LIVRO

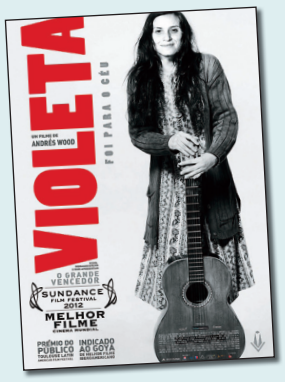
Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica
Autor: Ha-Joon Chang
Editora: UNESP



Neste livro, o coreano Ha-Joon Chang mostra como os países em desenvolvimento estão sendo pressionados pelos países desenvolvidos a adotar certas políticas recomendadas pelo Consenso de Washington. Dentre elas estão, por exemplo, a liberalização comercial, o fim do protecionismo, a privatização e a desregulamentação. Na avaliação do autor, tais exigências internacionais são exatamente o contrário do que os países desenvolvidos adotaram ao longo do tempo. Ou seja: eles estariam "chutando a escada" para que outras nações não consigam seguir os mesmos caminhos e não cheguem até onde chegaram.

FILME

Violeta foi para o céu
Diretor: Andrés Wood
País: Chile / Argentina / Brasil (2012)



Está em cartaz este filme que apresenta a biografia de Violeta Parra, grande artista chilena que dedicou vida e música ao resgate da cultura popular de sua terra e às causas do povo oprimido latino-americano. O longa reúne diversos momentos da protagonista, como a infância humilde, o reconhecimento internacional, as paixões, as fraquezas e as dores dessa mulher. Na trilha sonora estão clássicos que embalaram os militantes que resistiram às ditaduras no continente, como "Volver a los 17" e "Gracias a La Vida". O filme é um hino a essa grande personagem, e serve para conhecermos um pouco mais sobre nossa história.

BOLINHO CAIPIRA é tradição do Vale do Paraíba

Festas Juninas animam noites do Vale

"Noite fria, tão fria de junho. Os balões para o céu vão subindo. Entre as nuvens aos poucos sumindo. Envoltos em tênue véu. Os balões devem ser com certeza. As estrelas daqui deste mundo. E as estrelas do espaço profundo São os balões lá do céu".

Por Fernanda Soares

A chegada do frio nas cidades do Vale do Paraíba não desanima a população. Ao contrário, nessa época as festas juninas incentivam os passeios noturnos. Igrejas, associações, asilos e empresas organizam suas festas, seja para arrecadar dinheiro, seja para simplesmente comemorar.

Existem duas explicações para o termo "festa junina". A primeira explica que surgiu em função das festividades que ocorrem durante o mês de junho. Outra versão diz que a festa tem origem em países católicos da Europa e, portanto, seriam em homenagem a São João.

Embora sejam comemoradas em todo o país, no nordeste as festas ganham uma grande expressão. O mês de junho é o momento de se fazer homenagens aos três santos católicos: São João, São Pedro e Santo Antônio. Como é uma região onde a seca é um problema grave, os nordestinos aproveitam as festividades para agradecer as chuvas raras na região, que servem para manter a agricultura.

O São João de Caruaru, em Pernambuco, possui programação para todo o mês de junho. No primeiro dia de festa, o Parque de Eventos Luiz Lua Gonzaga recebeu 80 mil visitantes. A previsão dos organizadores do evento é de que, em 2012, um milhão de pessoas passem pela festa, que é considerada a maior do mundo.

O bolinho caipira

No Vale do Paraíba, o sucesso das festas juninas fica por conta do tradicional bolinho caipira. Em algumas cidades o bolinho é preparado com farinha de trigo, em outras, com farinha de milho. Os recheios são variados: linguiça calabresa, carne moída, frango desfiado, queijo... Variedades não faltam, nem de sabores, nem de formatos.

Sobre o bolinho caipira, o que se pode afirmar com absoluta certeza é que a iguaria é presença marcante nas festas juninas do Vale. Em São José dos Campos, a festa mais antiga acontece no Asilo Santo Antônio. São 74 anos de festas, movidas por voluntários de todas as idades.

Giovana Monfredini de Souza, de 12 anos, está colaborando com a festa pela primeira vez. Ela atende às mesas com a alegria de quem sabe que está ajudando alguém. "A gente se diverte com pouco e os clientes são bem legais".

A voluntária Elza Carnevalli, conhecida por Maninha, ajuda na festa do asilo há 30 anos. Sobre a fama dos bolinhos, ela afirma: "O bolinho a gente faz com muito amor, por isso ele fica tão gostoso". E é ela quem ensina a fazer o bolinho caipira do Asilo Santo Antônio.

Fotos: Fernanda Soares

Produção de bolinhos no Asilo Santo Antônio

Aprenda a fazer o bolinho caipira:

INGREDIENTES

✓ **MASSA:**
✓ 2 kg de farinha de milho amarela
✓ 1 kg de farinha de milho branca
✓ 1 xícara de farinha de mandioca
✓ 1 l e 1/2 de água
✓ óleo, sal e água

✓ **RECHEIO:**
✓ 1/2 kg de carne moída
✓ Cebola picada, alho amassado
✓ Salsinha e cebolinha picadas
✓ Sal e pimenta do reino, limão cravo, a gosto

MODO DE PREPARO

✓ **RECHEIO:**
✓ Bater os temperos no liquidificador e misturar à carne.

✓ **MASSA:**
1. Em uma vasilha junte as farinhas e vá misturando-as.
2. Adicione o óleo, o sal e água e misture até formar uma massa que não grude na mão.
3. Separe uma pequena porção da massa, e achate-a na palma da mão
4. Coloque dentro um pouco do recheio (carne temperada crua) e feche com a própria massa, dando o formato de um bolinho compridinho
5. Feitos todos os bolinhos, frite-os em óleo quente
6. Escorra-os em papel absorvente
7. Sirva-os quentes

APOSENTADORIAS: Mudanças da lei trazem benefícios

Servidor público federal aposentado por invalidez deve ter proventos integrais e com paridade

O Ministério da Previdência Social publicou no Diário Oficial do dia 31.05.2012, uma orientação normativa para que União, Estados e Municípios possam fazer as revisões das aposentadorias por invalidez no funcionalismo e as pensões geradas nesses casos. O recálculo do benefício é automático, independentemente de pedido do servidor.

As mudanças nos valores serão feitas por causa da Emenda Constitucional 70/2012, que concedeu aos servidores aposentados por invalidez o direito à paridade e à integralidade dos proventos. Estima-se que cerca de 30 mil pessoas tenham direito a alguma revisão.

De acordo com a Previdência, os benefícios serão atualizados com atrasados relativos a 29 de março deste ano, data em que a Emenda foi promulgada. A revisão será feita de maneira administrativa e automática, ou seja, o servidor não vai precisar entrar com requerimento no órgão em que foi lotado. Os entes públicos têm até setembro para atualizar todos os valores, também tendo como base a Emenda, que dá um prazo de seis meses, a partir da data da promulgação (29 de março deste ano).

A Emenda Constitucional 70 determina a revisão para quem ingressou no serviço público até 31 de dezembro de 2003, mesmo que a aposentadoria ou a pensão tenha sido criada depois desta data. A paridade e a integralidade para os benefícios por invalidez eram reivindicadas há muito tempo pelos servidores.

Veja a íntegra da Emenda Constitucional

Emenda constitucional Nº 70, de 29 de março de 2012. (Publicada no D.O.U. De 30/03/2012)

Art. 1º - A Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

"Art. 6º - A. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores."

Art. 2º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim como as respectivas autarquias e fundações, procederão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, à revisão das aposentadorias, e das pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004, com base na redação dada ao § 1º do art. 40 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com efeitos financeiros a partir da data de promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Veja a Orientação Normativa do Ministério da Previdência Social

Orientação normativa MPS/SPS Nº 01, de 30 de maio de 2012 - D.O.U. de 31/05/2012

Art. 1º - Nos benefícios de aposentadoria por invalidez permanente do servidor amparado pelos regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que tenha ingressado no serviço público até 31/12/2003, concedidas com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, será observado o disposto na Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2011, e nesta Orientação Normativa.

Art. 2º - Os proventos de aposentadoria por invalidez concedidos aos servidores de que trata o art. 1º, serão calculados de acordo com a redação dada ao § 1º do art. 40 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, definida na lei do ente para cada cargo, observando-se que:

§I - nas hipóteses de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, os proventos serão integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;

§II - nas aposentadorias por invalidez não especificadas no inciso anterior, os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição, aplicando-se, à última remuneração no cargo efetivo, fração cujo numerador corresponda ao total de tempo de contribuição do servidor e o denominador ao tempo total de contribuição necessário para a obtenção da aposentadoria voluntária prevista no art. 40, § 1º,

§III - "a", da Constituição Federal, observando-se o limite mínimo para o valor dos proventos definido na lei de cada ente federativo.

Art. 3º - O reajustamento dos proventos das aposentadoria calculados de acordo com o art. 2º e das pensões delas decorrentes, será feito na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei do ente para cada cargo.

Art. 4º - Aos benefícios por invalidez concedidos aos servidores de que trata o art. 1º, não se aplica o disposto nos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e nos arts. 1º e 15 daLei nº 10.887/2004.

Art. 5º - O valor dos proventos por invalidez, concedidos com fundamento no disposto nos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal na redação da Emenda nº 41, de 2003, e no art. 1º da Lei nº 10.887/2004. Aos servidores que ingressaram até 31/12/2003, deverão ser revistos em 180 dias contados de 29/03/2012, com recálculo do valor inicial e dos reajustamentos posteriores na forma prevista nos arts. 2º e 3º desta Orientação Normativa. (...)

Art. 6º - O disposto nos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, na redação atualmente vigente, bem como no art. 1º da Lei nº 10.887/2004, continua a ser aplicado ao cálculo e reajustamento dos proventos de aposentadoria por invalidez concedidos aos servidores que ingressaram no cargo efetivo a partir de 01/01/2004.

Art. 7º - Não devem ser revistas as aposentadorias por invalidez concedidas antes de 01/01/2004 e as pensões delas decorrentes, visto que já foram calculadas, integral ou proporcionalmente, com base na remuneração do servidor no cargo e são reajustadas de acordo com as variações ocorridas nessa remuneração, com fundamento na Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

Art. 8º - Esta Orientação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

A íntegra está em: http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/56/MPS-SPS/2012/1.htm

ELEIÇÕES 2012: Exercendo a cidadania

Ficha Limpa: lei nasce com a missão de moralizar eleições

Por Shirley Marciano

A Lei Complementar da Ficha Limpa (LC135/2010), que se originou de um projeto de iniciativa popular e já vale para as eleições de 2012.

Foi aprovada pelo Congresso Nacional com a intenção de fixar critérios para quem deseja candidatar-se a cargos eletivos. A nova lei determina que, se o indivíduo tiver uma condenação em órgão colegiado (mais de um juiz), em geral em 2ª instância, a inscrição não será aceita – mesmo que ainda esteja na fase de recursos.

Até então havia uma orientação segundo a qual a pessoa só poderia ser impedida de se candidatar se tivesse uma condenação definitiva no âmbito penal nos órgãos judiciais em geral. A lei veio modificar essa sistemática depois de uma

longa discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) por conta da presunção da inocência, ou seja, por não ser considerado culpado sem que antes houvesse um julgamento final.

Para o juiz eleitoral Marcos Pagan, de São José dos Campos, antes da lei da Ficha Limpa havia muita frustração na sociedade porque pessoas que já tinham condenações em órgãos judiciais, mas que ainda estavam em fase de recursos na justiça, podiam se candidatar sem problemas. "Um dos grandes benefícios é a moralização para as decisões judiciárias que estavam caindo em descrédito porque não tinham efeito prático devido a recursos que evitavam que isso acontecesse", explica Pagan.

Rumo ao avanço democrático

Essa lei está no processo de evolução da democracia. Não é só a punição de um postulante a um cargo eletivo condenado pela justiça. É também uma moralização das atitudes de quem pretende representar a população. Nisso, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental para mostrar ao povo quem e porque um determinado sujeito não poderá concorrer ao cargo, trazendo à tona, não raras, atitudes que vão de encontro à lisura. Além disso, ao ingressar em um cargo eletivo, o político entrará sabendo que se fizer algo errado será barrado no próximo processo eleitoral. Ou seja, mesmo com a morosidade jurídica, o indivíduo poderá ficar inelegível.

O projeto que deu origem a esta lei foi de iniciativa popular. Foram mais de 2 milhões de assinaturas. De acordo com a Constituição, um projeto desse caráter precisa receber a assinatura de pelo menos 1% dos eleitores brasileiros, cerca de 1,4 milhão de assinaturas, divididos entre cinco estados, com pelo menos 0,3% do eleitorado de cada estado. A assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de nome completo, endereço e número completo do título eleitoral (com zona e seção). As listas de assinatura devem ser organizadas por município e por estado, de acordo com formulário que deve ser retirado na Câmara dos Deputados.

Os condenados pela Justiça no Vale

Emanuel Fernandes (PSDB)

Condenado por promover vereador por meio de festa de bairro em 2004 quando era prefeito de São José dos Campos. Foi condenado no TJ-SP e hoje se encontra inelegível.

José Mário Ortiz (PSD)

Condenado por utilizar a logomarca de seu governo em repartições públicas de Taubaté na época em que era prefeito da cidade, entre 1997 e 2000.

José Bernardo Ortiz (PSD)

Condenado por contratar funcionário sem concurso público e por contratar uma empresa sem licitação em sua última gestão na prefeitura de Taubaté, entre 2001 e 2004.

Hamilton Ribeiro Mota (PT)

Condenado por omissão por não investir em infraestrutura no Jd. Conquista, em Jacareí.

Quem é Marcos Pagan?

Dr. Marcos Pagan é juiz de direito há 17 anos, graduado em Direito pela USP e em Administração Púbica pela Fundação Getúlio Vargas. É professor universitário e de cursos de preparação para Concursos Jurídicos. É especialista em Direito Privado pela Escola Paulista da Magistratura, bem como autor de obras jurídicas e de diversos artigos publicados em revistas especializadas. Exerce a função de juiz eleitoral em São José dos Campos desde 2011 e presidiu as eleições de 2000, 2002, 2004 e 2006, em Jacareí (SP).

TECNOLOGIA: pesquisa brasileira em risco

Multinacionais querem a quebra do monopólio da produção de radiofármacos

Com a quebra do monopólio, todo investimento do Brasil na pesquisa de radiofármacos, durante 53 anos, estará perdido e preço dos medicamentos pode aumentar

Por Fernanda Soares

O senador Álvaro Dias (PSDB/PR) é autor do Projeto de Emenda Constitucional 517, que prevê a quebra integral do monopólio estatal da produção de radiofármacos. Hoje, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN-CNEN), de São Paulo, é responsável por 95% de toda a produção nacional deste tipo de medicamento, gerando uma receita de R$ 80 milhões ao ano.

O primeiro radioisótopo produzido pelo Ipen foi o iodo-131, a pedido do Hospital das Clínicas de São Paulo, em 1959. O Iodo 131 é utilizado no diagnóstico e tratamento do câncer de tireoide e possui um índice de cura acima de 95%. O gerente de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação, João Alberto Osso Jr, no Ipen desde 1991, afirma que não existe produto para substituir o iodo-131 nesta aplicação.

A produção de radioisótopos ocorre em reatores nucleares e em aceleradores de partículas como o Ciclotron. O Ipen possui um reator Nuclear, o IEA-R1, instalado em 1957, e dois Ciclotrons para a produção de radioisótopos que são transformados em Radiofármacos em instalações adequadas dentro da sua Diretoria de Radiofarmácia. Hoje, o Ipen produz 38 radiofármacos e atende 1,8 milhões de pacientes anualmente

Renato Arthur Benvennutti, técnico e diretor da Associação dos Funcionários do Ipen, explica que a justificativa apresentada pelo senador para a PEC é irreal. "Nunca houve falta de material radioativo, o Ipen nunca deixou de fornecer material para ninguém".

Quebra de monopólios beneficia multinacionais

Entre os servidores do instituto, a opinião é a mesma: a quebra do monopólio não beneficia a sociedade, mas as multinacionais interessadas em produzir os medicamentos no Brasil.

A quebra do monopólio, proposta pelo senador, não foi discutida com a sociedade. "Precisava ao menos uma audiência pública. A PEC está aí e vai ser votada.", explica o gerente João Alberto.

Há também o medo de que os preços dos medicamentos passem a ter preços inacessíveis para a população. "O gratificante deste trabalho é terminar uma pesquisa, produzir o radiofármaco e ver a população de baixa renda usando um produto que nós desenvolvemos", diz Renato.

Fotos: Fernanda Soares

Renato Benvennutti explica o funcionamento do gerador de tecnécio, que ativa o material utilizado em cintilografias

O que é o radiofármaco

Radiofármaco é um medicamento com material radioativo que exerce a sua função como qualquer outro medicamento. Porém, ao ser marcado com um material radioativo, permite ao médico identificar novas doenças, novos tumores ou mau funcionamento do organismo.

A maior parte da utilização de radiofármacos é para diagnóstico em medicina nuclear. Os métodos mais tradicionais, como cintilografia, empregam há muitos anos o material radioativo, como o iodo-131, por exemplo. Nos últimos dez anos a técnica mais empregada pela medicina nuclear, para diagnóstico, é a tomografia de emissão de pósitrons, que utiliza um radioisótopo de meia-vida curta, no caso o flúor-18.

Meia-vida curta significa que o produto dura muito pouco tempo. A cada duas horas a sua utilidade radioativa cai à metade. A demanda pelos radiofármacos tem se mantido constante principalmente na área de oncologia, de neurologia e também na cardíaca.

Por possuírem tais características, esses medicamentos são preparados em datas e quantidades previamente agendadas, e são distribuídos apenas para clínicas e hospitais credenciados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, de acordo com sua capacidade. [FS]

CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20: Movimentos sociais realizam evento alternativo

Modelo de desenvolvimento é central nos debates

Movimentos Sociais quetionam lema da 'economia verde' que não prevê distribuição de riqueza e limite aos lucros

Por Sheila Jacob

Adriana Medeiros

Índios protagonizaram grandes momentos na Cúpula dos Povos

Entre os dias 13 e 22 de junho o Rio de Janeiro recebeu o evento internacional **Rio +20**, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Representantes de 193 países estiveram no Brasil para avaliar e renovar os compromissos assumidos por líderes mundiais 20 anos atrás, quando foi realizada a ECO-92 na mesma cidade. Um dos grandes lemas desse encontro foi o esforço conjunto em direção à chamada "economia verde" e à "erradicação da pobreza". Em questionamento a esse discurso, movimentos sociais, ativistas diversos e militantes do mundo inteiro se organizaram em um evento paralelo, intitulado **Cúpula dos Povos**, propondo a luta contra a mercantilização da vida, por justiça social e ambiental e em defesa dos bens comuns.

Propostas paliativas e superficiais

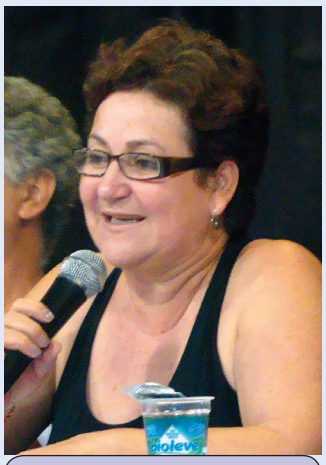
Como explica a economista Sandra Quintela, do PACS, a Cúpula dos Povos pretendeu apresentar uma visão alternativa à Rio +20. Os seus organizadores puseram em questão os esforços "paliativos" e "superficiais" dos países reunidos no evento para combater a crise social e ambiental, sem enfrentar as causas principais da pobreza e exploração. Segundo ela, o modo capitalista de organização da produção e distribuição dos bens materiais não foi questionado, nem os padrões de consumo. Como o lucro continua sendo a prioridade das grandes empresas e bancos, com a permissão dos governos, a exploração da natureza e a opressão dos povos só tendem a aumentar. "Além de apresentar um contraponto ao discurso repetido pela grande mídia, a ideia é também mostrar a seguinte contradição: o Rio está se tornando vitrine do capital. A cidade vem sendo privatizada, entregue a megaempreendimentos, à poluição ambiental e à criminalização da pobreza. Este é um dos maiores exemplos de como todo esse discurso é vazio", destacou a economista na abertura do debate "O que está em disputa no Rio e na Rio +20?", realizado no dia 14 de junho.

Jean Pierre Leroy

Dois projetos antagônicos em disputa

Jean Pierre Leroy, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), contou que naquele momento (da ECO 92), ainda havia certa ingenuidade de que os governos poderiam tomar consciência de seu papel para ajudar os movimentos sociais a construírem um futuro melhor. "O discurso, naquele tempo, não correspondeu a ações. Ideias como 'desenvolvimento sustentável' e 'economia verde' representam a banalização das grandes questões do nosso futuro", avaliou. Apesar do balanço pessimista, ele acha que mais movimentos sociais e organizações vêm se mobilizando no mundo inteiro, para fazer frente à mercantilização da vida, injustiça ambiental e ao capitalismo que só pensa em se reproduzir.

Etelvina Mazzioli, do MST/Via Campesina, disse que existem dois projetos em disputa atualmente: o projeto do capital, "projeto da morte", e o projeto dos povos, que é o projeto da vida. "A Rio +20 se apresenta como um conjunto de falsas soluções. A estratégia deles é transformar todas essas crises – econômica, social, ambiental, alimentar – em mais um elemento de acumulação. Por que ninguém fala em distribuição da riqueza? Enquanto o discurso é de sustentabilidade e erradicação da pobreza, o capital se organiza para se apropriar dos territórios, transformando a natureza em mercadoria e ganhando legitimidade por ter um 'discurso verde' ", avaliou. Para ela, os movimentos sociais devem se organizar na luta por soberania alimentar, Reforma Agrária, agricultura familiar, ou seja, "outra cultura e valores dos povos", concluiu.

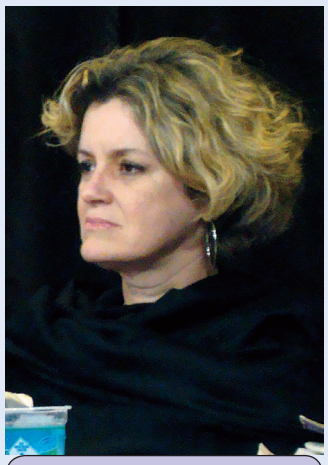


Etelvina Mazzioli

Um debate plurinacional

Além de representantes do MST e da FASE, o mesmo debate contou com a participação de personalidades internacionais como o nigeriano Nnimmo Bassey, do Amigos da Terra, e a argentina Nora Cortiñas, uma das Mães da Praça de Maio, que reforçaram a importância da organização dos povos de todo o mundo para a disputa de um projeto social.

No dia 12 de junho, pouco antes do início da Rio+20, o jornalista moçambicano Jeremias Vunjanhe, que veio ao Brasil para participar da Cúpula dos Povos, foi impedido de entrar no país. Ele veio denunciar os impactos da Vale em Moçambique, mas foi deportado pela Polícia Federal. O estrangeiro possuía visto de entrada e não foi informado de nenhum impedimento ou irregularidade de sua situação. Segundo militantes sociais que construíram o evento paralelo à Rio +20, este ato arbitrário faz parte de um "processo de criminalização de um ativista da sociedade civil". Após muita mobilização da sociedade civil, Vunjahe conseguiu entrar no país e participar das atividades da Cúpula dos Povos, que durou de 15 a 23 de junho.



Fotos: Sheila Jacob

Sandra Quintela